

SUMÁRIO

Capítulo 1 – DIREITOS POLÍTICOS. NACIONALIDADE. CIDADANIA. SUFRÁGIO E SUAS ESPÉCIES.....	1
1.1. Sufrágio em sentido irrestrito.....	3
1.2. Sufrágio em sentido restrito	3
Capítulo 2 – CONCEITO DE DIREITO ELEITORAL. CONCEITO E ESPÉCIES DE DEMOCRACIA. PRINCÍPIOS	13
2.1. Conceito de Direito Eleitoral.....	13
2.2. Democracia.....	15
2.3. Princípios do Direito Eleitoral.....	22
2.3.1. Princípio da lisura das eleições.....	22
2.3.2. Princípio do aproveitamento do voto.....	22
2.3.3. Princípio da celeridade.....	24
2.3.4. Princípio da devolutividade dos recursos	26
2.3.5. Princípio da preclusão instantânea.....	30
2.3.6. Princípio da anualidade	31
2.3.7. Aumento do número de vereadores. Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.....	39
2.3.8. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos.....	45
2.3.9. Princípio da irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	49
2.3.10. Princípio da moralidade eleitoral	49
Capítulo 3 – PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	59
3.1. Conceito e considerações gerais	59
3.2. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado	60
3.3. Incapacidade civil absoluta	62
3.3.1. Os menores de 16 anos.....	62

3.3.2.	Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o discernimento para a prática desses atos	63
3.3.3.	Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.....	64
3.3.4.	Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	65
3.3.4.1.	Contravenção Penal. É possível a suspensão dos direitos políticos, em virtude de condenação por contravenção penal?	66
3.3.4.2.	Transação Penal. A transação penal imposta pelo Art. 76 da Lei nº 9.099/95 acarreta a suspensão dos direitos políticos com subsunção no art.15, III, da Carta Magna?.....	67
3.3.4.3.	Suspensão condicional do processo. A suspensão condicional do processo suspende os direitos políticos com base no Art. 15, III, da Carta Magna?.....	70
3.3.4.4.	Condenação por multa. A condenação criminal transitada em julgado que aplica a pena de multa acarreta a suspensão dos direitos políticos (Art. 15, III, da Lei Maior)?	70
3.3.4.5.	Sentença Penal absolutória imprópria. A sentença penal absolutória transitada em julgado acarreta a suspensão dos direitos políticos?	71
3.3.4.6.	Livramento condicional. O livramento condicional e o cumprimento de <i>sursis</i> da pena importam na suspensão dos direitos políticos?	72
3.3.4.7.	Extinção da punibilidade. A suspensão dos direitos políticos subsiste em razão da decretação da extinção da punibilidade com subsunção nas causas elencadas no Art. 107 do Código Penal?	73
3.3.4.8.	Juízo competente da execução da pena. Qual o juízo competente para tratar da execução da pena imposta pela Justiça Eleitoral?	74
3.3.4.9.	Efeito automático. A suspensão dos direitos políticos é automática?.....	74
3.3.4.10.	Reabilitação. É necessária a reabilitação para o restabelecimento dos direitos políticos?	75
3.3.4.11.	Revisão Criminal. A propositura de ação de revisão criminal afasta a causa de suspensão dos direitos políticos?.....	75
3.3.4.12.	Interdependência das decisões. A relativa independência entre a decisão penal e a proferida no âmbito da Justiça Eleitoral.....	76
3.3.4.13.	Perda do mandato por condenação criminal. Mister faz-se ressaltar a análise dos arts. 15, III, e 55, IV e § 2º, todos da Constituição da República Federativa do Brasil.....	76
3.3.4.13.1.	E a perda do mandato para os membros do Poder Executivo?	79
3.3.4.14.	Inelegibilidades decorrentes de sanções penais. O Art. 1º, inciso I, letra e, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, é <i>numerus clausus</i> ?	80

3.3.4.14.1.	Crimes contra economia popular.....	80
3.3.4.14.2.	Crimes contra fé pública.....	81
3.3.4.14.3.	Crimes contra administração pública.....	81
3.3.4.14.4.	Crimes contra patrimônio público.....	82
3.3.4.14.5.	Crimes contra mercado financeiro.....	82
3.3.4.14.6.	Crimes de tráfico de entorpecentes.....	82
3.3.4.14.7.	Crimes eleitorais.....	82
3.3.4.15.	Prescrição e decadência reconhecida no registro de candidatos. A prescrição pode ser conhecida no registro de candidatos?.....	84
3.3.4.16.	Nulidades. Cabe à Justiça Eleitoral analisar, no processo de registro de candidatos, questões processuais penais relativas a nulidades?	84
3.3.4.17.	Ato infracional. A prática do ato infracional acarreta a suspensão dos direitos políticos?.....	84
3.3.4.18.	Moralidade eleitoral e suspensão de direitos políticos. A questão pode ensejar impugnação fundada na falta de moralidade eleitoral (art. 14, § 9º, da CRFB), mas não é caso de suspensão dos direitos políticos, pois haveria interpretação extensiva ao sentido excepcional da norma constitucional do inciso III do art. 15.....	85
3.4.	Escusa de consciência.....	86
3.5.	Improbidade administrativa.....	91

Capítulo 4 – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL103

4.1.	Tribunal Superior Eleitoral	109
4.2.	Tribunais Regionais Eleitorais.....	110
4.3.	Juizes Eleitorais	110
4.4.	Juntas Eleitorais	111

Capítulo 5 – JUSTIÇA ELEITORAL. COMPETÊNCIA.....115

5.1.	Poder Regulamentar do Tribunal Superior Eleitoral	115
5.2.	Fases do Processo Eleitoral	118
5.3.	Legislação eleitoral	118

Capítulo 6 – SISTEMAS ELEITORAIS.....127

6.1.	Espécies	127
6.2.	Explicação das sobras ou dos restos	128
6.3.	Considerações genéricas sobre o Sistema Bicameral Federativo	134

Capítulo 7 – MINISTÉRIO PÚBLICO139

7.1.	Função institucional	139
------	----------------------------	-----

7.2.	Normas funcionais de atuação.....	141
7.3.	Proteção da normalidade e legitimidade das eleições	142
7.4.	O Procurador-Geral Eleitoral e os Procuradores Regionais Eleitorais	143
7.5.	A impossibilidade de auxílio ao Procurador Regional Eleitoral	145
7.6.	Missão institucional dos Procuradores Regionais Eleitorais e dos Procuradores-Gerais de Justiça	146
7.7.	Designação de Promotores Eleitorais	147
7.8.	Filiação partidária dos membros do Ministério Público. Vedação constitucional. Exceção na hipótese de aposentadoria ou exoneração	154
7.9.	Falta de intervenção. Nulidade do feito. Princípio da celeridade eleitoral	159
7.10.	A intervenção do Ministério Público em função do tipo de eleição	164
7.11.	O Promotor Eleitoral pode ser nomeado como juiz eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral?	165
7.12.	Lei nº 7.347/85. Ação civil pública (procedimentos). Não aplicação na matéria eleitoral. Termo de ajustamento de conduta. Possibilidade.	166
capítulo 8 – ALISTAMENTO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL		171
8.1.	Base legal das regras sobre o alistamento eleitoral.....	174
8.2.	Requerimento de alistamento eleitoral – RAE.....	174
8.3.	Alistamento do brasileiro nato ou naturalizado	176
8.4.	Transferência do título eleitoral.....	176
8.5.	Considerações genéricas sobre o título eleitoral.....	177
8.6.	Acesso às informações do cadastro eleitoral.....	179
8.7.	Fiscalização dos Partidos Políticos	179
8.8.	Duplicidade e pluralidade.....	179
8.9.	Restrições aos Direitos Políticos	181
8.10.	Revisão do Eleitorado	181
8.11.	Recursos das decisões de alistamento e transferência de eleitores	182
8.12.	Da justificação do não-comparecimento à eleição	182
8.13.	Domicílio eleitoral do candidato	183
8.14.	Surdos-mudos	190
8.15.	Multa Eleitoral	191
8.15.1.	Natureza jurídica da multa eleitoral	191
8.15.2.	Multa eleitoral. Competência do juiz eleitoral e substitutos	195
8.15.3.	Legitimidade ativa para a cobrança das multas eleitorais	196
8.15.4.	Quitação da multa eleitoral com a finalidade de obtenção do deferimento do registro de candidaturas.....	199

Capítulo 9 – PARTIDOS POLÍTICOS.....	207
9.1. Natureza jurídica	207
9.2. Fidelidade partidária	209
9.2.1. Legitimidade Ativa. Prazo.....	213
9.2.2. Tutela Antecipada	214
9.2.3. Justa Causa.....	215
9.2.4. Impossibilidade de Oposição (intervenção de terceiro)	215
9.2.5. Segunda Desfiliação	216
9.2.6. Competência para o Processo e Julgamento.....	217
9.2.7. Recurso Cabível das Decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	218
9.2.8. Assunção da Vaga. Determinação da Posse. 1º Suplente	218
9.2.9. Da Constitucionalidade da Resolução do TSE nº 22.610/07	219
9.3. Das convenções partidárias	221
9.4. As coligações partidárias.....	227
9.4.1. Verticalização das coligações	229
9.5. Prestação de contas	230
9.6. O fundo partidário.....	233
9.6.1. Fundo partidário. Destinação	235
9.6.2. Suspensão das cotas do fundo partidário.....	236
9.7. Cláusula de desempenho ou de barreira	237
9.8. Militar. Direito à Posse.....	240
9.9. Responsabilidade do Partido Político	240
9.10. Duplicidade de filiação partidária	243
9.11. Partido político e mandado de segurança.....	244
 Capítulo 10 – INELEGIBILIDADES. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO. ELEGIBILIDADES	 249
10.1. Classificação	249
10.2. Desincompatibilizações	251
10.2.1. Contagem do prazo	254
10.2.2. Período suspeito.....	255
10.2.3. Afastamento de fato	255
10.3. Casos especiais	271
10.3.1. Servidor da Justiça Eleitoral.....	271
10.3.2. Prefeito e vice-prefeito. Desincompatibilização	272
10.3.3. Posições mais atuais do Tribunal Superior Eleitoral sobre regras de inelegibilidades próprias e reflexas	277
10.3.4. Desincompatibilização de servidor público para concorrer à vereança	280

10.4.	Inelegibilidades previstas na Lei Complementar nº 64, 18/05/1990.....	283
a)	Os inalistáveis e os analfabetos.....	283
b)	Membros do Poder Legislativo	286
c)	Membros do Poder Executivo.....	289
d)	Condenação em abuso do poder econômico ou político.....	295
e)	Inelegibilidade decorrente de crimes.....	296
f)	Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos	296
g)	Contas julgadas irregulares	299
h)	Servidores que praticam abuso do poder econômico ou político.....	299
i)	Responsáveis por estabelecimentos em processo de liquidação	303

Capítulo 11 – PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA.....309

11.1.	Do processo de registro de candidatura.....	309
11.1.1.	Número de candidatos a serem registrados.....	309
11.1.2.	Competência para registrar.....	312
11.1.3.	Forma de apresentação dos pedidos de registros	313
11.1.4.	Requerimento individual de candidatura.....	315
11.1.5.	Certidão de quitação eleitoral	315
11.1.6.	Proposta dos candidatos majoritários do poder executivo	319
11.1.7.	Princípio da publicidade e transparência no processo de registro de candidaturas.....	320
11.1.8.	Considerações genéricas sobre o registro de candidatos.....	320
11.2.	Ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura	321
11.2.1.	Base legal	321
11.2.2.	Finalidade.....	321
11.2.3.	Legitimados ativos.....	322
11.2.3.1.	Ministério Público	322
11.2.4.	Legitimados passivos	325
11.2.5.	Decisão na ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura....	326
11.2.6.	Prazo	328
11.2.7.	Antecipação da tutela.....	330
11.2.8.	Julgamento antecipado da lide	330
11.2.9.	Competência.....	331
11.2.10.	Rito processual.....	331
11.3.	Processo de registro de candidatura. Prioridade de julgamento.....	333
11.4.	Questões relevantes.....	334
11.4.1.	Filiação partidária. Ministério Público. Impugnação ao pedido de registro	334
11.4.2.	Improbidade administrativa	336

11.4.3.	Rejeição de contas	337
11.4.3.1.	Cargos ou funções públicas.....	337
11.4.3.2.	Decisão irrecurável	339
a)	Prefeito.	340
b)	Presidente da Câmara Municipal.....	340
c)	Governadores de estado.	341
d)	Presidente da República.	342
11.4.3.3.	Irregularidade insanável.....	342
11.4.3.4.	Contas rejeitadas	344
11.4.3.5.	Fundamentos do ato de rejeição.....	347
11.4.4.	Duplicidade de filiação partidária	348
11.4.4.1.	Filiação de militar ao partido político como condição de elegibilidade	350
11.4.4.2.	Afastamento do membro do Ministério Público	357
11.5.	Substituição do candidato. Registro	358
11.6.	Resumo.....	360
11.6.1.	Processo de registro de candidatos.....	360
11.6.2.	Observações finais.....	361
Capítulo 12 – PROPAGANDA ELEITORAL.....		367
12.1.	Conceito e considerações genéricas	367
12.2.	Propaganda política eleitoral	368
12.2.1.	Conceito.....	368
12.2.2.	Base legal	369
12.2.3.	Início	369
12.2.4.	Gratuidade.....	369
12.2.5.	Propaganda política eleitoral de ruas e logradouros públicos.....	370
12.2.5.1.	Pode uma mesa com propaganda eleitoral ficar apoiada na rua das 6h às 22h?	372
12.2.6.	Propaganda política eleitoral em bens particulares. Engenheiros publicitários com limites de 4m ² (quatro metros quadrados). Vedação ao pagamento em troca do espaço.	373
12.2.7.	Propaganda política eleitoral na imprensa escrita.....	376
12.2.8.	Trios elétricos.....	378
12.2.9.	Propaganda permitida até as 22 horas do dia que antecede a eleição	378
12.3.	Propaganda política partidária.....	379
12.3.1.	Conceito.....	379
12.3.2.	Base legal	380
12.3.3.	Vedações	380
12.3.4.	Gratuidade.....	380

12.3.5.	Desvirtuamento. Sanção proporcional à falta.....	380
12.3.6.	Possibilidade de aplicação da sanção de multa prevista no art. 36, § 3º, quando na propaganda política partidária ficar evidente que ocorreu desvirtuamento com feição de propaganda política eleitoral antecipada	380
12.3.7.	Competência para julgamento relativa a propaganda política partidária veiculada em bloco	381
12.3.8.	Vedação de recebimento de contribuições pecuniárias pelos partidos políticos de titulares de cargos demissíveis <i>ad nutum</i> da administração direta ou indireta, quando estes servidores tenham a condição de autoridades.....	382
12.3.9.	Legitimidade ativa para a propositura de representação em face da propaganda política partidária praticada com desvio de finalidade.....	383
12.4.	Propaganda extemporânea, antecipada ou prematura.....	387
12.4.1.	Conceito.....	387
12.4.2.	Sanção. Propaganda dos candidatos majoritários (obrigação do nome dos vices e suplentes). Competência.....	389
12.5.	Propaganda criminosa.....	393
12.5.1.	Conceito.....	393
12.6.	Propaganda captativa ilícita de votos	394
12.6.1.	Conceito.....	394
12.7.	Propaganda abusiva sob o prisma econômico e político.....	395
12.7.1.	Conceito.....	395
12.7.2.	Sanções.....	396
12.8.	Propaganda política eleitoral por meio da internet. Hospedagem. Mensagem eletrônica. Cadastro. Blogs, redes sociais e sítios de mensagens instantâneas. Proibições.	400
12.9.	Direito de resposta.....	408
12.9.1.	Competência para a concessão do pedido de resposta	408
12.9.2.	Surgimento do direito de resposta no âmbito da competência da Justiça Eleitoral	410
12.9.3.	Desobediência Eleitoral no direito de resposta	410
12.9.4.	Terceiros atingidos no horário eleitoral gratuito	410
12.9.5.	Não caracterização do direito de resposta.....	411
12.10.	Diferença entre propaganda institucional e promoção pessoal	411

Capítulo 13 – PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES À ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....417

13.1.	Noções gerais.....	417
13.2.	Art. 30 da Lei nº 9.504/97. Regularidade das contas.	420
13.3.	Doações para as campanhas eleitorais.....	421

13.4.	Prestação de contas e quitação eleitoral	425
13.5.	Recursos em prestação de contas.....	427
13.6.	Relevantes questões sobre a prestação de contas.....	427
Capítulo 14 – AÇÃO DE CAPTAÇÃO OU GASTOS ILÍCITOS DE RECURSOS.....		429
14.1.	Base legal.....	429
14.2.	Legitimados ativos	429
14.3.	Legitimados passivos	430
14.4.	Hipóteses de cabimento.....	430
14.5.	Prazo da representação do art. 30-A da Lei nº 9.504/97.....	431
14.6.	Efeitos da sentença	434
14.7.	Prazo do recurso das decisões nas representações do art. 30-A da Lei nº 9.504/97.....	435
Capítulo 15 – CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS.....		439
15.1.	Igualdade de oportunidades entre os candidatos que almejam os mandatos eletivos. Tipos de garantia de neutralidade.	439
15.2.	Sujeito ativo. Agentes. Candidatos ou terceiros.....	440
15.3.	Prazo de ocorrência.....	441
15.4.	Normas correlatas.....	441
15.5.	Condutas vedadas em espécie.....	441
15.5.1.	Art. 73, inciso I da Lei das eleições.	441
15.5.2.	Art. 73, inciso II da Lei das eleições.....	442
15.5.3.	Art. 73, inciso III da Lei nº 9.504/97	444
15.5.4.	Art. 73, inciso IV da Lei nº 9.504/97	445
15.5.5.	Art. 73, inciso V da Lei nº 9.504/97	446
15.5.6.	Art. 73, inciso VI da Lei nº 9.504/97	449
15.5.7.	Art. 73, inciso VII da Lei nº 9.504/97.....	451
15.5.8.	Art. 73, inciso VIII da Lei nº 9.504/97	452
15.5.9.	Art. 74 da Lei das eleições. Abuso de autoridade. Art. 37, § 1º da constituição federal.....	453
15.5.10.	Shows artísticos pagos com recursos públicos. Vedação. Representação. Rito.	455
15.5.11.	O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial.....	457
15.5.12.	Comparecimento dos candidatos nas inaugurações de obras públicas. Sanções e rito processual.	459
15.6.	Rito processual da representação para aplicar as sanções decorrentes da violação ao art. 73 da lei das eleições.....	464

15.7.	Prazo final da representação prevista no § 12 do art. 73 da lei das eleições.....	466
15.8.	Prazo do recurso	467

Capítulo 16 – REPRESENTAÇÃO POR VIOLAÇÃO À LEI Nº 9.504/90469

16.1.	Rito processual	470
16.1.1.	Representação por propaganda eleitoral irregular. Prévio conhecimento.....	472
16.2.	Objetivo	473
16.3.	Competência	474
16.4.	Legitimados ativos	479
16.5.	A intervenção do promotor eleitoral como fiscal da lei	480
16.6.	Candidatos	481
16.7.	Partidos políticos e coligações	482
16.8.	Provas	485
16.9.	Prazo	489
16.10.	Representação nas condutas vedadas	491
16.11.	Resumo.....	491

Capítulo 17 – INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO E/OU POLÍTICO.....495

17.1.	Base legal.....	495
17.2.	Conceito e natureza jurídica	496
17.3.	Causa de inelegibilidade	497
17.4.	Legitimidade ativa.....	498
17.5.	Legitimidade passiva.....	501
17.6.	Bem jurídico tutelado	503
17.7.	Competência	504
17.8.	Causa de pedir.....	505
17.9.	Efeitos condicionados ao momento do julgamento.....	506
17.10.	Julgamento antecipado da lide.....	510
17.11.	Prazo	510
17.12.	Efeitos da decisão na investigação judicial eleitoral.....	513
17.13.	Rito processual	516
17.14.	Resumo.....	517

Capítulo 18 – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO MANDATO ELETIVO	521
18.1. Base legal.....	521
18.2. Cabimento.....	522
18.3. Natureza jurídica	526
18.4. Objetivo.....	527
18.5. Diplomação. Pré-requisito para impugnação	530
18.6. Exercício do Mandato Eletivo	532
18.7. Prazo	536
18.8. Independência entre a ação penal e a ação de impugnação ao mandato eletivo.....	538
18.9. Gratuidade da ação	539
18.10. A questão da prova.....	540
18.11. Prova do nexo de causalidade no abuso do poder econômico.....	543
18.12. Desnecessidade de prévia investigação judicial eleitoral	548
18.13. Inexistência de coisa julgada material. Possibilidade de julgamento da impugnação ao mandato eletivo	549
18.14. Segredo de justiça.....	550
18.15. Inaplicabilidade de honorários e custas processuais	550
18.16. Competência	551
18.17. Legitimidade ativa.....	551
18.18. Legitimidade passiva.....	553
18.19. Possibilidade de substituição de suplente de candidato ao Senado.....	557
18.20. Procedimento	560
18.21. Cautelar preparatória	563
18.22. Recursos	565
18.23. Efeito	565
18.24. Comunicações	566
18.25. Consequências	566
18.26. Conexão entre a ação de impugnação ao mandato eletivo e o recurso contra a diplomação	570
18.27. Matéria constitucional não “preclui”. Ausência de decadência.....	573
18.28. Ministério Público. Substituto processual. Viabilidade jurídica.....	575
18.29. Resumo.....	577
18.30. Resumo do cabimento das ações eleitorais.....	578

Capítulo 19 – VOTAÇÃO E APURAÇÃO.....	583
19.1. Regras práticas sobre o dia da eleição.....	585
19.2. Regras genéricas sobre atos preparatórios, recepção de votos, garantias eleitorais, totalização, fiscalização, auditoria e assinatura digital.....	592
19.3. Voto. Espécies.....	593
19.3.1. Voto censitário.....	593
19.3.2. Voto capacitário.....	594
19.3.3. Voto feminino.....	594
19.3.4. Voto secreto.....	594
19.3.5. Voto indireto.....	595
19.3.6. Voto majoritário.....	596
19.3.7. Voto proporcional.....	596
19.3.8. Voto de lista aberta.....	596
19.3.9. Voto em lista fechada.....	597
19.3.10. Voto eletrônico.....	597
19.4. Das seções eleitorais.....	597
19.5. Impugnação aos mesários.....	598
19.6. Sanções aos mesários faltosos.....	599
19.7. Locais de votação. Impugnações.....	600
19.8. Documentos exigidos para a votação. Proibição de uso de telefone celular e outros aparelhos na cabine de votação.....	602
19.9. Voto do eleitor em trânsito para presidente e vice-presidente da república.....	603
19.10. Voto impresso. Identificação biométrica do eleitor.....	605
19.11. Dia das eleições. Manifestação do eleitor.....	608
Capítulo 20 – AÇÃO DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO.....	613
20.1. Conceito de captação ilícita de sufrágio.....	615
20.2. Momento para ocorrer a captação ilícita de sufrágio.....	617
20.2.1. Prazo final para propor a ação.....	618
20.3. Procedimento judicial cabível para aplicar as sanções decorrentes da captação ilícita de sufrágio.....	619
20.3.1. Efeitos do julgamento.....	620
20.3.2. Deflagração do pedido de captação ilícita. O pedido de captação ilícita de sufrágio poderá ser deflagrado de forma isolada (única) na IJE ou, ainda, cumulativamente, com o pedido de inelegibilidade por abuso do poder econômico, político, fraude ou corrupção.....	623

20.3.3.	Prova da potencialidade lesiva. É necessária a prova da potencialidade lesiva para a caracterização da captação ilícita de sufrágio?	625
20.3.4.	Participação do candidato. É necessária a participação direta do candidato no fato caracterizador da captação ilícita de sufrágio?	627
20.3.5.	Captação ilícita de sufrágio e inelegibilidade. O Art. 41-A da Lei nº 9.504/97 não trata de inelegibilidade.....	628
20.3.6.	Pedido explícito de votos. Para a caracterização da conduta de captação ilícita de sufrágio é necessário o pedido explícito de votos?	637
20.4.	Prazo do recurso contra decisões do art. 41-A da Lei das Eleições.....	638
20.5.	Resumo.....	639

Capítulo 21 – AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL.....643

21.1.	Base legal.....	643
21.2.	Legitimidade ativa.....	643
21.3.	Cabimento.....	643
21.4.	Competência	652
21.5.	Procedimento	652
21.6.	Recursos	653
21.7.	Suspensão das contas rejeitadas por irregularidade insanável	653
21.8.	Tutela antecipada	654

Capítulo 22 – RECURSO CONTRA A DIPLOMAÇÃO.....655

22.1.	Base legal.....	655
22.2.	Conceito	655
22.3.	Natureza jurídica	655
22.4.	O Recurso contra a diplomação é um recurso?.....	656
22.5.	Quem exerce o juízo de admissibilidade do recurso contra a diplomação?	657
22.5.1.	Quanto ao juízo de admissibilidade, cabe:	658
22.6.	Legitimados ativos	660
22.7.	Legitimados passivos	660
22.8.	Qual o rito processual que deve seguir o recurso contra a diplomação?	661
22.9.	O que se entende por prova pré-constituída como requisito de admissibilidade específico do recurso contra a diplomação?	661
22.10.	Cabimento.....	662
a)	Inelegibilidade.....	662
b)	Incompatibilidades.....	663
c)	Errônea interpretação da lei, quanto à aplicação do sistema de representação proporcional	664

d)	Erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação para determinada legenda	664
e)	Concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei e do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997	668
22.11.	Efeitos	670

Capítulo 23 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS CRIMES ELEITORAIS E O PROCESSO PENAL ELEITORAL671

23.1.	Qual a natureza jurídica dos crimes eleitorais?.....	674
23.2.	Comentários aos crimes eleitorais tipificados no Código Eleitoral	677
23.2.1.	Art. 283 – Funcionários da Justiça Eleitoral.....	677
23.2.2.	Art. 284 – Fixação da Pena	678
23.2.3.	Art. 285 – Aumento e diminuição de pena	678
23.2.4.	Art. 286 – Pena de multa	679
23.2.5.	Art. 287 – Aplicação subsidiária do Código Penal	680
23.2.6.	Art. 288 – Crimes eleitorais praticados pelos meios de comunicação social	680
23.2.7.	Crime eleitoral praticado pela imprensa	681
23.3.	Dos crimes eleitorais em espécie.....	683
23.3.1.	Art. 289 – Inscrição fraudulenta	683
23.3.2.	Art. 290 – Indução à inscrição fraudulenta	687
23.3.3.	Art. 291 – Fraude no alistamento.....	689
23.3.4.	Art. 292 – Omissão judicial	690
23.3.5.	Art. 293 – Impedimento ao alistamento	691
23.3.6.	Art. 295 – Retenção do título eleitoral	692
23.3.7.	Art. 296 – Desordem	694
23.3.8.	Art. 297 – Impedimento ao sufrágio	695
23.3.9.	Art. 298 – Abuso de autoridade	697
23.3.10.	Art. 299 – Corrupção eleitoral	701
23.3.11.	Art. 300 – Coação pelo servidor público	704
23.3.12.	Art. 301 – Violência ou grave ameaça.....	705
23.3.13.	Art. 302 – Impedimento, embaraço ou fraude ao exercício do voto.....	706
23.3.14.	Art. 303 – Majoração de preços.....	708
23.3.15.	Art. 304 – Ocultação de alimentos e transportes.....	709
23.3.16.	Art. 305 – Intervenção indevida nos trabalhos da seção eleitoral	710
23.3.17.	Art. 306 – Desordem na votação.....	711
23.3.18.	Art. 307 – Cédula marcada	712
23.3.19.	Art. 308 – Entrega a destempo da cédula oficial.....	713
23.3.20.	Art. 309 – Falsa identidade na votação	716
23.3.21.	Art. 310 – Anulação da votação	718

23.3.22. Art. 311 – Votação em seção diversa.....	719
23.3.23. Art. 312 – Sigilo no voto.....	720
23.3.24. Art. 313 – Omissão na expedição de boletins de apuração.....	721
23.3.25. Art. 314 – Omissão no recolhimento das cédulas.....	723
23.3.26. Art. 315 – Mapismo	724
23.3.27. Art. 316 – Omissão de protestos na ata de eleição.....	725
23.3.28. Art. 317 – Violação do sigilo da urna.....	726
23.3.29. Art. 318 – Contagem de votos sob impugnação	727
23.3.30. Art. 319 – Subscrição de fichas de registro de partido	728
23.3.31. Art. 320 – Dupla filiação	729
23.3.32. Art. 321 – Coletânea indevida de assinatura em ficha de registro de partido	732
23.3.33. Art. 323 – Divulgação de fatos inverídicos	733
23.3.34. Art. 324 – Calúnia.....	736
23.3.35. Art. 325 – Difamação.....	741
23.3.36. Art. 326 – Injúria.....	743
23.3.37. Art. 327 – Causas de aumento de pena.....	746
23.3.38. Art. 330 – Reparação do dano.....	747
23.3.39. Art. 331 – Inutilização da propaganda	747
23.3.40. Art. 332 – Impedir a propaganda	748
23.3.41. Art. 334 – Prêmios e sorteios. “Bingo eleitoral”	750
23.3.42. Art. 335 – Propaganda em língua estrangeira	755
23.3.43. Art. 336 – Suspensão de atividade eleitoral.....	758
23.3.44. Art. 337 – Participação de estrangeiro em atividades partidárias.....	759
23.3.45. Art. 338 – Prioridade postal. Violação.....	762
23.3.46. Art. 339 – Destruição de votos e documentos	763
23.3.47. Art. 340 – Fabricação. Subtração de objetos.....	764
23.3.48. Art. 341 – Desídia nas publicações	765
23.3.49. Art. 342 – Omissão no oferecimento da denúncia	766
23.3.50. Art. 343 – Condescendência do juiz	769
23.3.51. Art. 344 – Recusa ou abandono do serviço eleitoral	770
23.3.52. Art. 345 – Descumprimento dos prazos	771
23.3.53. Art. 346 – Uso indevido de bens públicos.....	772
23.3.54. Art. 347 – Desobediência eleitoral.....	774
23.3.55. Art. 348 – Falsidade de documento público.....	779
23.3.56. Art. 349 – Falsidade de documento particular	780
23.3.57. Art. 350 – Falsidade ideológica.....	781
23.3.58. Art. 351 – Equiparação de documentos.....	783
23.3.59. Art. 352 – Falso reconhecimento de firma ou letra	784
23.3.60. Art. 353 – Uso de documento falso	784
23.3.61. Art. 354 – Obtenção de documento falso	785

23.4.	Aspectos processuais penais eleitorais.....	786
23.4.1.	Art. 355 – Ação Penal.....	786
23.4.2.	Art. 356 – Notícia da infração penal.....	789
23.4.3.	Art. 357 – Prazo da denúncia.....	796
23.4.4.	Art. 358 – Rejeição da denúncia.....	802
23.4.4.1.	Ritos processuais no processo.....	806
23.4.5.	Art. 359 – Citação.....	809
23.4.6.	Art. 360 – Oitiva de testemunhas.....	812
23.4.7.	Art. 361 – Prazo de sentença.....	813
23.4.8.	Art. 362 – Decisão final. Recurso.....	813
23.4.9.	Art. 363 – Execução da sentença.....	814
23.4.10.	Art. 364 – Aplicação subsidiária do código de processo penal.....	814
23.4.11.	Crime doloso contra a vida e crime eleitoral.....	815
23.5.	Crimes eleitorais tipificados na Lei nº 9.504/97.....	816
23.5.1.	Art. 33 – Pesquisas falsas.....	816
23.5.2.	Art. 34 – Impedimento da fiscalização de partidos.....	819
23.5.3.	Art. 35 – Responsabilidade de representantes.....	822
23.5.4.	Art. 39 – Boca-de-urna e outros. Dia da eleição.....	823
23.5.5.	Art. 40 – Uso indevido de símbolos, frases ou imagens.....	823
23.5.6.	Art. 58 – Inobservância do prazo do direito de resposta.....	827
23.5.7.	Art. 68 – Descumprimento da entrega da cópia do boletim de urna.....	827
23.5.8.	Art. 70 – Impedir o exercício da fiscalização. Não mencionar os protestos em ata.....	830
23.5.9.	Art. 72 – Crimes contra o sistema informatizado de apuração.....	831
23.5.10.	Art. 87 – Impedimento do direito de observação da abertura da urna, cédula e boletins.....	834
23.5.11.	Art. 90 – Responsabilidade penal dos representantes.....	836
23.5.12.	Art. 91 – Retenção do título eleitoral.....	839
23.5.13.	Art. 94 – Crime de responsabilidade.....	840
23.6.	Crimes tipificados em outras leis eleitorais.....	841
23.6.1.	Art. 11 – Transporte de eleitores.....	841
23.7.	Lei Complementar nº 64/90.....	847
23.7.1.	Art. 25 – Impugnações temerárias.....	847
23.8.	Lei nº 6.996/98 – Crimes Eleitorais.....	849
23.9.	Lei nº 7.021/98 – Crimes Eleitorais.....	849

Capítulo 24 – RECURSOS ELEITORAIS.....853

24.1.	Recursos.....	853
24.1.1.	Decisões dos Juízes Eleitorais.....	855
24.1.2.	Decisões da Junta Eleitoral.....	856
24.1.3.	Decisões do TRE.....	857
24.1.4.	Decisões do TSE.....	859

24.2.	Algumas observações sobre os recursos eleitorais.....	860
24.2.1.	Resoluções	860
24.2.2.	Duplo grau de jurisdição.....	861
24.2.3.	Prazos.....	864
24.2.4.	Prevenção especial	866
24.2.5.	Consultas	867
24.2.6.	Reclamações.....	870
24.2.7.	Recurso ordinário	871
24.2.8.	Embargos de declaração	874
24.2.9.	Recurso especial	876
24.2.10.	Agravo de Instrumento.....	880
Bibliografia		885